

**ORGANIZAÇÃO SOCIOPOLÍTICA DOS CAMPONESES (1955 - 1959):
Latifúndio, resistência e reforma agrária em
Vitória de Santo Antão (PE)**

**SOCIOPOLITICAL ORGANIZATION OF PEASANTS (1955 - 1959):
Latifundia, resistance and agrarian reform in
Vitória de Santo Antão (PE)**

**ORGANIZACIÓN SOCIOPOLÍTICA DE LOS CAMPESINOS (1955-
1959) Latifundio, resistencia y reforma agraria en
Vitória de Santo Antão (PE)**

Gildo Ribeiro de Santana

Discente - Licenciatura em História / UFRPE
Universidade Federal Rural de Pernambuco
Rua Dom Manuel de Medeiros, s/n
Dois Irmãos, Recife - PE, 52171-900
gildo.santana@ufrpe.br

Aurélio de Moura Britto

Doutor em História - UFPE
Docente - Departamento de História / UFRPE
Universidade Federal Rural de Pernambuco
Rua Dom Manuel de Medeiros, s/n
Dois Irmãos, Recife - PE, 52171-900
aurelio.britto@ufrpe.br

RESUMO

O presente artigo propõe analisar os conflitos agrários desenvolvidos na Zona da Mata pernambucana, com foco específico no município de Vitória de Santo Antão, ocorridos ao longo do período de 1955 a 1959. Este recorte cronológico e espacial proposto é notavelmente caracterizado pela efervescência de tensões sociais manifestadas através de intensos conflitos por direitos trabalhistas rurais, denúncia da profunda miséria social vivenciada pela população camponesa e a busca pela reforma agrária. É nesse contexto de profunda desigualdade que emerge a resistência organizada dos trabalhadores camponeses, buscando transformar essa realidade agrária. Ademais, este período se notabilizou pelo surgimento de importantes mobilizações camponesas, entre elas, destacam-se a formação inicial da Sociedade Agrícola e Pecuária dos Plantadores de Pernambuco (SAPPP) e, posteriormente, o processo de surgimento do Assentamento Galiléia, local que se consolidou como o berço das Ligas Camponesas na região. O objetivo central é analisar as transformações e permanências na concepção ideológica, estrutura organizacional e nas definições de demandas durante a transição da Sociedade Agrícola e Pecuária dos Plantadores de

Pernambuco (SAPPP) para as Ligas Camponesas. O estudo adota a abordagem qualitativa, com base no balanço historiográfico concentrado em fontes secundárias através de levantamento e análise sobre a questão agrária e organização política e social dos trabalhadores camponeses. O enfoque empírico do trabalho recaiu sobre a experiência de protagonismo dos trabalhadores camponeses de Vitória de Santo Antão -PE que culminou com o surgimento do assentamento Galiléia.

Palavras-chave: agricultura familiar, assentamento, campesinato, ligas camponesas, reforma agrária.

ABSTRACT

This article proposes to analyze the agrarian conflicts developed in the Zona da Mata pernambucana, with specific focus on the city of Vitória de Santo Antão, occurred over the period from 1955 to 1959. This proposed chronological and spatial cut is remarkably characterized by the effervescence of social tensions manifested through intense conflicts for rural labor rights, denunciation of the deep social misery experienced by the peasant population and the search for agrarian reform. It is in this context of deep inequality that the organized resistance of peasant workers emerges, seeking to transform this agrarian reality. In addition, this period was notable for the emergence of important peasant mobilizations, among them, the initial formation of the Agricultural and Livestock Society of Planters of Pernambuco (SAPPP) and later the process of emergence of the Galilee Settlement, place that has consolidated as the birthplace of Peasant Leagues in the region. The central objective is to analyze the transformations and permanence in the ideological conception, organizational structure and definitions of demands during the transition from the Sociedade Agrícola e Pecuária dos Plantadores de Pernambuco (SAPPP) to the Camponesas Leagues. The study adopts a qualitative approach, based on the historiographic balance concentrated in secondary sources through survey and analysis of the agrarian question and political and social organization of peasant workers. The empirical approach of the work fell on the experience of protagonism of the peasant workers of Vitória de Santo Antão -PE that culminated with the emergence of the Galilee settlement.

Keywords: family agriculture, settlement, peasantry, peasant leagues, agrarian reform.

RESUMEN

El presente artículo propone analizar los conflictos agrarios desarrollados en la Zona de la Mata pernambucana, con enfoque específico en el municipio de Vitória de Santo Antão, ocurridos a lo largo del período comprendido entre 1955 y 1959. Este recorte cronológico y espacial propuesto se caracteriza notablemente por la efervescencia de tensiones sociales manifestadas a través de intensos conflictos por derechos laborales rurales, denuncia de la profunda miseria social vivida por la población campesina y la búsqueda de la reforma agraria. Es en este contexto de profunda desigualdad que emerge la resistencia organizada de los trabajadores campesinos, buscando transformar esta realidad agraria. Además, este período se destacó por la aparición de importantes movilizaciones campesinas, entre ellas, destacan la formación inicial de la Sociedad Agrícola y Ganadera de los Plantadores de

Pernambuco (SAPPP) y, posteriormente, el proceso de lugar que se consolidó como la cuna de las Ligas Campesinas en la región. El objetivo central es analizar las transformaciones y permanencias en la concepción ideológica, estructura organizativa y en las definiciones de demandas durante la transición de la Sociedad Agrícola y Ganadera de los Plantadores de Pernambuco (SAPPP) a las Ligas Campesinas. El estudio adopta el enfoque cualitativo, basado en el balance historiográfico concentrado en fuentes secundarias a través del levantamiento y análisis sobre la cuestión agraria y organización política y social de los trabajadores campesinos. El enfoque empírico del trabajo recayó sobre la experiencia de protagonismo de los trabajadores campesinos de Vitória de Santo Antão -PE que culminó con el surgimiento del asentamiento Galilea.

Palabras clave: agricultura familiar, asentamiento, campesinato, ligas campesinas, reforma agraria.

1 INTRODUÇÃO

O presente artigo tem como objetivo analisar os conflitos agrários ocorridos em Pernambuco no período crucial de 1955 a 1959. Nesse sentido, o estudo buscará analisar a organização política e social dos trabalhadores camponeses na luta pela posse da terra.

Esta pesquisa partiu do ano de fundação da Sociedade Agrícola e Pecuária dos Plantadores de Pernambuco (SAPPP) em 1955, em Vitória de Santo Antão, e sua posterior reconfiguração, que deu origem ao movimento das Ligas Camponesas. O marco final dessa análise é o ano de 1959, ano em que ocorreu a desapropriação das terras do Engenho Galiléia. Este evento histórico é notável por ter sido a primeira desapropriação realizada no Brasil para fins de reforma agrária, sendo viabilizada através de um projeto de lei de autoria do deputado do Partido Socialista Brasileiro (PSB), Carlos Luiz de Andrade, durante o governo estadual de Cid Sampaio.

O objeto central deste estudo é analisar quais foram as principais transformações e permanências na concepção ideológica, estrutura organizacional e definições de demandas após a transição da Sociedade Agrícola e Pecuária dos Plantadores de Pernambuco (SAPPP) para a configuração política das Ligas Camponesas.

Do ponto de vista teórico, esta proposta está lastreada na concepção de tempo histórico formulada por Marc Bloch (2001), portanto, investimos na complexidade dos

eventos e tentamos ressaltar a relação dialética entre permanência e mudanças, entre rupturas e continuidade. Para Marc Bloch, “esse tempo verdadeiro é, por natureza, um continuum. É também perpétua mudança. Da antítese desses dois atributos provêm os grandes problemas da pesquisa histórica” (BLOCH, 2001, p. 55)

A pesquisa se justifica por sua contribuição para a história da luta pela terra, ao ilustrar o papel ativo dos trabalhadores camponeses para criação do Assentamento Galiléia, não como uma concessão política, mas sim uma conquista impulsionada pela organização política dos trabalhadores camponeses em torno das ligas camponesas. Essa conquista social e política tornou-se essencial para influenciar positivamente a agenda nacional de política de reforma agrária do Brasil.

Este estudo se enquadra como uma pesquisa básica e exploratória. Seu principal objetivo é a geração de conhecimento e o avanço da compreensão teórica sobre o protagonismo camponês na luta pela terra em Vitória de Santo Antão. A metodologia adota o balanço historiográfico focado em fontes secundárias, concentrando-se na abordagem qualitativa e análise crítica em produções científicas já publicadas.

Esta produção dedicar-se-á à análise dos conflitos e das lutas pela terra em Pernambuco, protagonizados pelos movimentos organizados dos trabalhadores camponeses, ocorridas em Vitória de Santo Antão, institucionalizadas com o surgimento da Sociedade Agrícola e Pecuária dos Plantadores de Pernambuco (SAPPP) e posteriormente continuadas com a Liga Camponesa.

Os conflitos e resistências camponesa ocorridos na década de 1950, serão compreendidos como um enfrentamento direto à lógica da globalização neoliberal no campo, iniciada no período colonial através do plantation¹, perpassando até as usinas de cana-de-açúcar da contemporaneidade. Para examinar essa dinâmica, as

¹ O Plantation foi um sistema de produção agrícola de larga escala, iniciado no período colonial, que combinava quatro pilares estruturais inseparáveis: 1º Latifúndio; 2º Monocultura; 3º Mão de obra escravizada (Inicialmente); 4º Produção voltada à exportação (Gorender, 1992)

próximas seções detalham a situação específica ocorrida em Vitória de Santo Antão, na Mata Sul de Pernambuco, que culminou em um marco histórico crucial: o surgimento do assentamento Galileia como o mais importante assentamento popular camponês do século XX.

Nesta introdução, apresentamos o problema, o objetivo e a metodologia empregada na concepção e produção deste artigo que estrutura-se em quatro seções principais. A primeira seção realiza uma contextualização da temática e área de estudo, abordando a lógica do sistema capitalista e suas implicações na questão agrária e o cenário sócio políticos e econômico da Zona da Mata pernambucana na segunda metade do século XX. Em seguida, apresentamos o referencial teórico, discutindo as principais análises sobre a questão agrária, campesinatos e a centralidade da organização política dos trabalhadores camponeses para a luta pela terra. A seção seguinte concentra-se em apresentar a metodologia adotada neste estudo. Por fim, as considerações finais resumem os achados e validam, ou refutam, a pergunta inicial da pesquisa.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

A dinâmica da globalização econômica tem impulsionado níveis crescentes de desigualdade socioeconômica no campo. Esse processo acentua a marginalização, intensifica a miséria e fomenta a violência no campo a partir dos inúmeros latifúndios. Em contrapartida, observa-se o notável fortalecimento e diversificação dos movimentos sociais populares como resposta organizada a este cenário de marginalização rural. Essas expressões populares podem ser consideradas “indicadores de uma potencial crise do capitalismo tardio” que está em curso no campo (Habermas *apud* Gohn, 2017, p.139).

Um dos momentos cruciais para a questão agrária no Brasil tem lugar em meados dos Oitocentos. Quando o Estado nacional engendra uma série de transformações legais no sentido de tentar modernizar o Estado. Eis, portanto, o impasse central com que o sistema monárquico teve que se defrontar. Internacionalmente, a inserção do Brasil no mundo “civilizado” acenava para a extinção da escravidão, sob pena de isolamento do país no quadro das relações

diplomáticas internacionais. Entretanto, internamente, os plantadores, classe de sustentação do poder monárquico, lutavam para prolongar tanto quanto possível fosse o sistema escravista. De um lado, a proibição do tráfico interprovincial de escravos, do outro, e de forma a acalmar a pressões dos grandes barões, a chamada Lei de Terras (Carvalho, 2010)

Reforçando a lógica da concentração colonial de terras, a Lei nº 601 de 18 setembro de 1850, conhecida como Lei de Terras consolidou a estrutura fundiária desigual do Brasil, estabelecendo a mercantilização da terra e assegurou a permanência e o fortalecimento do latifúndio. A terra passou a ser adquirida apenas por meio de compra e seu acesso apenas às elites. Nesse cenário, as Ligas Camponesas incorporaram lutas contra as expulsões decorrentes desta nova lógica e passou a questionar a estrutura fundiária estabelecida por essa Lei de 1850 injusta e excludente (Silva, 2008).

As implicações dessa legislação, Lei 601 de 1850, foram vastas e excludentes: ela garantiu a permanência do latifúndio como modelo agrário; forçou imigrantes e, os futuros libertos da escravidão se submeterem ao trabalho dependente, pois foram privados da oportunidade de se tornarem pequenos proprietários; e, por fim, lançou as bases para a crônica concentração fundiária e a intensa desigualdade social que marcam a história e os conflitos agrários do país até os dias atuais (Silva, 2008).

As tramas operadas sob o prisma dos interesses da globalização neoliberal, priorizam a acumulação máxima do capital, quase sempre, às custas da exploração socioambiental que produz a desintegração da ordem, do equilíbrio e da justiça social. Como assim indica Henrique (Rattner, 2000), a seguir:

O modelo neoliberal caracterizado pela abertura e desregulamentação dos mercados, a privatização das empresas públicas e a precarização das relações de trabalho, aprofundou a assimetria social e econômica e transformou os milhões de desempregados em marginalizados e excluídos do convívio social. As disparidades entre riquezas e miséria engendram anomias sociais – violência, crimes, corrupções em todos os níveis, uso e tráfico de drogas, contrabando de armas, prostituição infantil, comércio de órgãos e etc (Rattner, 2000, p.17).

A sociedade civil organizada atua como um ator fundamental na arena territorial, mobilizando movimentos populares para o exercício do poder. Esse processo envolve a representação direta de sujeitos e instituições, resultando na

formação de correlações de forças e disputas que buscam influenciar as decisões políticas e garantir o bem comum no âmbito do território (Raffestin, 1993). Confirmando essa percepção, observa-se que no campo, “as associações rurais de camponeses têm animado os processos para participação ativa e democrática na agricultura familiar”, promovendo mediações comprometidas com o desenvolvimento sustentável do território (Santana; Andrade; Andrade, 2023, p.65).

A organização sociopolítica dos trabalhadores camponeses tem contribuído historicamente para a promoção do desenvolvimento sustentável e para a soberania e segurança alimentar e nutricional nos territórios (Brandão, 2007; Brasil, 2006). Essa capacidade de organização foi inicialmente forjada pelas intensas lutas históricas pela posse e uso da terra necessárias à reprodução social das famílias camponesas (Medeiros, 2009). O constante aprimoramento dessa articulação político-social no campo indica uma forte aderência à mobilização coletiva entre os camponeses, essencial para a busca do bem comum (Abramovay, 1990).

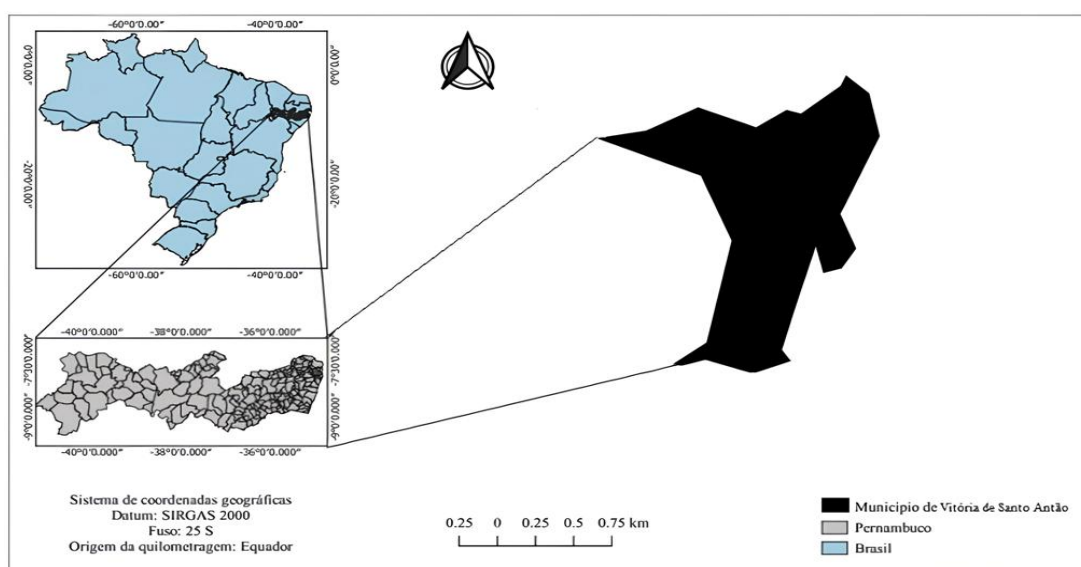
A mobilização coletiva dos camponeses historicamente produz experiências de organização e luta que fomentam o contínuo empoderamento desse grupo social. Sobre isso, Gohn (2011, p.38) destaca que “O poder local foi redefinido como sinônimo de força social organizada como forma de participação da população [...], isto é, a capacidade de gerar processos de desenvolvimento auto-sustentável”. Essa forma organizada aglutinou forças tornando-os principais protagonistas de seu desenvolvimento com maior autonomia para identificar necessidades comuns, estabelecer demandas coletivas e construir estratégias de intervenções (Eisenberg, 1977; Ferreira Filho, 2012; Gohn, 2015).

Os movimentos populares camponeses contribuem historicamente para promoção do desenvolvimento sustentável nos territórios (Brandão, 2007). Essas organizações se forjaram inicialmente a partir de processos intensos de luta pela posse da terra para uso e reprodução social (Medeiros, 2009). O surgimento e o constante aprimoramento da organização político-social no campo, indicam haver forte compreensão, entre os camponeses, da necessidade da composição e ampliação de forças para alcançar o bem comum no campo (Abramovay, 1990).

A organização dos camponeses por acesso à terra e posse à terra na região da Mata Sul Pernambucana, notadamente em Vitória de Santo Antão, surgiu em primeiro de janeiro de 1955 Sociedade Agrícola e Pecuária dos Plantadores de Pernambuco - SAPPP e posteriormente pelas Ligas Camponesas. Originalmente, o movimento foi instrumentalizado pelo Partido Comunista do Brasil (PCB), que visava a mobilização da classe trabalhadora rural para fins eleitorais e a defesa de seus interesses. No entanto, o alinhamento político do Brasil com os EUA, durante o período da Segunda Guerra Mundial, mudou drasticamente o cenário: o PCB foi declarado ilegal. Tal mudança causou uma forte repressão às lideranças camponesas e resultou no enfraquecimento inicial e na desarticulação das Ligas (Medeiros, 2009; Moraes, 1997).

O município de Vitória de Santo Antão, localizado na Zona da Mata de Pernambuco, a apenas 46 quilômetros de Recife, é um importante polo na região Nordeste do Brasil. O principal acesso à cidade é feito pela rodovia BR-232, a partir da capital. Com uma população estimada em 140.389 habitantes em 2021, Vitória de Santo Antão é reconhecido por ser o mais populoso da Zona da Mata e o nono maior em todo o estado. Com uma extensão territorial de 336,573 km, o município de Vitória de Santo Antão possui uma área intermediária no estado. No ranking de Pernambuco, a cidade ocupa a 74ª posição entre os 185 municípios e, em escala nacional, a 3186ª entre os 5570 municípios do Brasil (IBGE, 2025).

Figura 1. Mapa da localização espacial do município de Vitória de Santo Antão – PE, região nordeste do Brasil. Município sede do assentamento galileia.



Fonte: Cunha *et al.*, (2023, p.7).

Após esse forte período de repressão, às Ligas Camponesas retomam suas atividades no Engenho Galileia em Vitória de Santo Antão, onde trabalhavam aproximadamente 140 famílias que plantavam e, do que colhiam, pagavam uma taxa de foro ao proprietário do engenho. Porém, em decorrência da resistência dos trabalhadores camponeses organizados por meio das Ligas Camponesas, ocorreu a desapropriação das terras do Engenho Galileia, onde aproximadamente 500 hectares foram desapropriados, tornando-se um marco da reforma agrária na América Latina (Basto, 1984; Martins, 1986).

Com a desapropriação de terras para reforma agrária ocorrido no engenho Galileia, aliada a ampliação da compreensão da importância do fortalecimento classista, viu-se um exponencial processo organizativo político dos camponeses pernambucanos em torno das ligas camponesas. Inicialmente, as lutas camponesas eram majoritariamente focadas nas questões assistencialistas e sobre os direitos trabalhistas com a criação das ligas camponesas, evoluíram para incluir a luta de classe e a Reforma Agrária em suas pautas reivindicatórias (Andrade, 1980; 1989).

Na segunda metade do século XX, foi o período de intensa proliferação da organização política e social dos trabalhadores rurais. O movimento ganhou estrutura nacional através das associações comunitárias rurais e de importantes entidades classistas: os Sindicatos de Trabalhadores Rurais (STR) nos municípios, seguidos pela criação da Federação dos Trabalhadores Rurais de Pernambuco (FETAPE) em 1962, culminando, em 1964, na Confederação Nacional dos Trabalhadores Rurais (CONTAG). Essa articulação marcou a profissionalização da luta pela terra no Brasil (Abreu e Lima, 2005).

3 METODOLOGIA

O presente estudo adota o método indutivo e a abordagem qualitativa. A pesquisa se concentra na realização de um balanço historiográfico com base em fontes secundárias, empregando análise crítica das produções científicas disponíveis sobre a questão agrária e organização política e social dos trabalhadores camponeses. O enfoque empírico do trabalho recaiu sobre as experiências de protagonismo dos trabalhadores camponeses do engenho Galiléia. A pesquisa

destaca o processo de organização e luta dos trabalhadores camponeses que culminou com o surgimento do assentamento Galileia, localizado no município de Vitória de Santo Antão - PE (Cervo; Bervian; Silva, 2006).

4 RESULTADOS E DISCUSSÕES

A luta camponesa por acesso e posse da terra produziu, e ainda produz, históricos processos de resistências, conflitos e contínuas desigualdades em diversos contextos. No Brasil, esse panorama é particularmente agudo: a estrutura agrária, herdada da colonização, consolidou-se pela concentração fundiária e se perpetua na contemporaneidade pela dominância do latifúndio. Essa dinâmica histórica é a raiz da persistente exclusão social e da violência no campo. Desde as Sesmarias coloniais até a Lei de Terras de 1850, o arcabouço legal brasileiro foi sistematicamente desenhado para negar ou dificultar drasticamente o acesso à propriedade aos trabalhadores rurais. Isso impactou, sobretudo, ex-escravizados, negros livres e populações indígenas, transformando a terra em uma mercadoria acessível apenas à elite detentora de capital. Essa exclusão histórica é a gênese da desigualdade fundiária que persiste no país (Andrade, 1989; Silva, 2008).

Em resposta a essa exploração do trabalho humano precarizado e a exclusão do acesso e posse à terra, o campesinato organizou formas diversas de resistência ao longo da história, desde os movimentos messiânicos como revolta dos Canudos, 1896 a 1897 no sertão da Bahia, passando pela guerra do Contestado, 1912 a 1916 no sul do Brasil, chegando as pelas Ligas Camponesas, que ousaram levantar o lema da Reforma Agrária na luta e na lei (Bastos, 1984; Medeiros, 2009).

O surgimento das Ligas Camponesas está intrinsecamente ligado ao município de Vitória de Santo Antão, no Engenho Galiléia. O movimento começou a se delinear no final de 1954, quando as 140 famílias arrendatárias do Engenho, ameaçadas de despejo pelo proprietário das terras, organizaram-se para defesa mútua. Esse movimento das Ligas Camponesas colocou os trabalhadores rurais na agenda do debate político do país e da América Latina, possibilitou a conquista de direitos sociais e criou uma memória de ação coletiva” (Porfirio, 2020, p. 79).

A organização política dos camponeses do Engenho Galiléia foi inicialmente constituída em 1955 como a Sociedade Agrícola e Pecuária dos Plantadores de Pernambuco (SAPPP), com foco em objetivos assistencialistas e jurídicos. Contudo, sob a orientação e apoio do advogado e deputado Francisco Julião, que defendia as famílias em seus litígios, a entidade rapidamente transcendeu seu caráter inicial. Transformou-se, assim, na primeira Liga Camponesa enquanto movimento de massa abertamente engajado na luta pela reforma agrária no Brasil (Porfirio, 2020).

Na década de 1980, a luta pela terra no Brasil ganhou novo vigor, em parte influenciada pela tradição de resistência estabelecida pelas Ligas Camponesas. Nesse contexto, em 1984, surgiu o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), que intensificou a organização dos camponeses. O MST transcende a busca por acesso e posse da terra para produção, incorporando uma plataforma ampla que exige justiça social, a democratização do território e a construção de um modelo de sociedade mais equitativo. Dessa forma, o movimento reafirmou o papel central do camponês na história e nas transformações sociais do país (Turatti, 1999).

5 CONCLUSÃO

A transição da Sociedade Agrícola e Pecuária dos Plantadores de Pernambuco (SAPPP) para a configuração mais abrangente e politizada das Ligas Camponesas, representou uma expressiva mudança na dinâmica da luta pela terra e pelos direitos rurais. Essa mudança não foi apenas formal, mas sim um reflexo do amadurecimento político e do aumento da radicalidade pelas demandas dos trabalhadores camponeses, deslocando o foco da assistência mútua para a ação direta e a busca pela reforma agrária.

Essa evolução não foi apenas nominal, mas sim um processo que resultou em transformações significativas nas dimensões ideológica, organizacional e nas demandas propostas pelo movimento. As abordagens ideológicas iniciais da SAPPP eram assistencialistas e jurídicas, voltado primariamente para a proteção trabalhistas e a assistência mútua dos foreiros (arrendatários) do Engenho. Já com as Ligas Camponesas foi incorporando lutas de classes pautadas contra o latifúndio assumindo

a bandeira da Reforma Agrária radical. Já os aspectos Organizacionais, o movimento evoluiu de um formato associativo mais restrito e legalista, característico da SAPPP, para uma configuração de movimento de massa com as Ligas Camponesas, que buscava estabelecer uma rede de lideranças locais e expandir sua base para diferentes engenhos. Sobre a plataforma de demandas, a SAPPP tinha como foco o fim do cambão e assistência jurídica, com as Ligas camponesas se buscava na luta política a Reforma Agrária.

A pesquisa indica que a experiência organizativa dos trabalhadores camponeses foi um caso exemplar do protagonismo, pois, a ação organizada, inicialmente através da SAPPP evoluindo para a Liga Camponesa, foi fundamental para ocupar e permanecer na terra. A resistência às pressões e interesses estruturais impostos pela globalização que historicamente visam desapropriar e marginalizar os trabalhadores rurais, foram essenciais para a conquista do Assentamento Galileia. Essa conquista simboliza a vitória da organização camponesa contra as forças do capital que historicamente monopolizam a terra.

REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, Ricardo. **De camponeses a agricultores: paradigmas do capitalismo agrário em questão**. Campinas: UNICAMP, 1990. 354 p.

ABREU e LIMA, Maria do Socorro. **Construindo o sindicalismo rural: lutas, partidos, projetos**. Recife: Editora Universitária da UFPE, 2005.

ANDRADE, Manuel Correia de. **A terra e o homem no Nordeste**. 4 ed. São Paulo: Livraria Editora Ciências Humanas, 1980.

ANDRADE, Manuel Correia de. **Histórias das usinas de açúcar de Pernambuco**. Recife: FUNDAJ, Editora Massangana, 1989.

ANDRADE, Manuel Correia de. **Lutas camponesas no Nordeste**. São Paulo: Ática, 1989.

BASTOS, Elide Rugai. **As Ligas Camponesas**. Petrópolis: Vozes, 1984.

BLOCH, Marc. **Apologia da História ou o ofício de historiador**. Trad. André Telles. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.

BRANDÃO, Carlos. Territórios com classes sociais, conflitos, decisão e poder. IN: ORTEGA, A. C. e ALMEIDA FILHO, N. (Orgs.), **Desenvolvimento Territorial: Segurança Alimentar e Economia Solidária**. Campinas: Alínea, 2007.

BRASIL. Lei Nº 11.346. **Cria o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional – SISAN** com vistas em assegurar o direito humano à alimentação adequada e dá outras providências. 2006. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/l11346.htm Acesso em: 01 nov. 2025.

CARVALHO, José Murilo de. **A construção da ordem: a política imperial**. Teatro de sombras: a política imperial. Rio de Janeiro: civilização brasileira, 2010.

CERVO, Amado Luiz; BERVIAN, Pedro Alcino; SILVA, Roberto da. **Metodologia científica**. 6. ed. São Paulo, SP: Pearson, 2006.

CUNHA, Ana Luiza Xavier; LIMA, Karina Paula Barbosa de Andrade; DE HOLANDA, Romildo Morant; DE MEDEIROS, Raimundo Mainar; DE FRANÇA, Manoel Vieira; SABOYA, Luciano Marcelo Falle; MORAES, Alex Souza; ROCHA, Liliane Guimarães. Rainfall Forecast for the Municipality of Vitória de Santo Antão – PE. **Revista de Gestão Social e Ambiental**, São Paulo (SP), v. 18, n. 1, p. e03972, 2023. DOI: 10.24857/rgsa.v18n01-001. Disponível em: <https://rgsa.openaccesspublications.org/rgsa/article/view/3972>. Acesso em: 9 nov. 2025.

EISENBERG, Peter. **Modernização sem mudança: a indústria açucareira em Pernambuco 1840-1910**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

FERREIRA FILHO, José Marcelo Marques. Conflitos trabalhistas nas terras do açúcar: Zona da Mata pernambucana (anos 1960). **Revista Crítica Histórica**. Ano III, Nº 5, p. 124 -148, Julho/2012.

GOHN, Maria da Glória. **Conselhos gestores e participação sociopolítica**. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

GOHN, Maria da Glória (Org.) **Movimentos Sociais no Início do Século XXI**. Antigos e novos atores sociais. 7. ed. Petrópolis: Vozes, 2015.

GOHN, Maria da Glória. **Teoria dos movimentos sociais: Paradigmas clássicos e contemporâneos**. 12. ed. São Paulo: Edições Loyola, 2017.

GORENDER, Jacob. **O Escravismo Colonial**. 6. ed. 6. ed. São Paulo: Ática, 1992.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Cidades e estados do Brasil: Vitória de Santo Antão** Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pe/vitoria-de-santo-antao/panorama> Acesso em: 12 out. 2025.

MARTINS, José de Souza. **Os camponeses e a política no Brasil**. 3. ed. RJ: Vozes, 1986.

MEDEIROS, Leonilde; PAULILO, Maria Ignez Silveira. (Org.). **Lutas camponesas contemporâneas: condições, dilemas e conquistas.** São Paulo: Editora UNESP; Brasília: NEAD, 2009.

MORAIS, Clodomir Santos de. **História das Ligas Camponesas do Brasil.** Brasília: IATTERMUND, 1997.

PORFÍRIO, Pablo Francisco de Andrade. Uma história das Ligas Camponesas em Pernambuco: passado interdito. IN. SAUER, Sérgio (Org.). **Lutas, memórias e violações no campo brasileiro: Conflitos, repressão e resistências no passado e presente.** São Paulo: Outras Expressões, 2020. Disponível em: <https://blogdopedlowski.com/wp-content/uploads/2021/07/lutas-memorias.pdf#page=79> Acesso em: 14.nov. 2025.

RAFFESTIN, Claude. **Por uma geografia do poder.** São Paulo: Ática, 1993.

RATTNER, Henrique (Org.). Brasil no limiar do século XXI: alternativas para a construção de uma sociedade sustentável. São Paulo: EDUSP, 2000.

SAUER, Sérgio (Org.). **Lutas, memórias e violações no campo brasileiro: Conflitos, repressão e resistências no passado e presente.** São Paulo: Outras Expressões, 2020. Disponível em: <https://blogdopedlowski.com/wp-content/uploads/2021/07/lutas-memorias.pdf#page=79> Acesso em: 14.nov. 2025.

SILVA, Lígia Osório. **Terras devolutas e latifúndios: efeitos da Lei de Terras de 1850.** 2. ed. Campinas: Editora UNICAMP, 2008.

SANTANA, Gildo Ribeiro; ANDRADE, Horasa M. L. S.; ANDRADE, Luciano Pires. Agroecologia e agricultura familiar sustentável: percursos e estratégias para a transição. **Revista Brasileira de Planejamento e Desenvolvimento - RBPD.** Curitiba, v. 12, n. 01, p. 55-72, jan. /abr. 2023. Disponível em: <https://periodicos.utfpr.edu.br/rbpd/article/view/15189>. Acesso em: 29 out. 2025.

TURATTI, Maria Cecília Manzoli. **Os filhos da lona preta: notas antropológicas sobre sociabilidade e poder em acampamentos do MST no Estado de São Paulo.** 1999. Dissertação (Mestrado) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 1999. Acesso em: <https://repositorio.usp.br/item/001060101> 06 nov. 2025.